OS ANOS JK

Direção
Silvio Tendler
Fotografia adicional
Lúcio Kodato
Montagem
Gilberto Santeiro
Francisco Moreira
Música
Caique Botkay
Narração
Othon Bastos

35 mm, Cor e preto e branco
1979

Tratar na historiografia ou no cinema do único governo presidencial, depois da derrubada do Estado Novo, que assume o poder graças a eleições diretas e que consegue passar a faixa a seu sucessor igualmente eleito, é mais do que um problema. É uma proeza. Inevitável escapar ao confronto entre o governo Juscelino Kubitschek (1956–1961) e os governos autoritários que se sucederam após ao golpe de estado de 1964. Por maiores limitações que se apontem no governo JK, estaremos falando de algo muito diverso: os termos de funcionamento de um regime democrático liberal. E certamente qualquer comparação é favorável ao governo Kubitschek se o critério for a prática da democracia. Seria gravíssimo erro confundir ditadores com o maior e mais hábil político brasileiro depois de seu mestre Getúlio Vargas.

Outra preliminar que se deve ser colocada logo de saída é declarar que o filme realizado por Sílvio Tendler, *Os Anos JK* é estupendo. Nunca será demais insistir quanto sua pesquisa, e o resultado apresentado, são um enorme serviço, seríssimo, ao debate político contemporâneo. Nenhum reparo que se faça, nenhum comentário que seja apresentado, como se tenta fazer aqui, abala essa constatação fundamental.

O que se pretende perguntar é provocado pelo próprio trabalho e vai além do filme: que dizer da interpretação que o filme apresenta do governo JK, além da magnífica e sensível reconstituição? O correto e cuidadoso texto da narração consegue situar as cenas no contexto mais alargado da história republicana, sempre mantendo um saudável distanciamento crítico. Mas surpreendentemente a personagem JK e seu governo presidencial são tratados sob a ótica triunfalista do próprio período do final dos anos cinqüenta. A interpretação aparentemente se deixa contaminar pelo espírito daquela época, o ufanismo relido através do plano de metas, cinqüenta anos em cinco. Vejamos alguns indícios, a meu ver, desse triunfalismo.

Uma boa amostra deste tom são os depoimentos tomados do antigo presidente da UNE, do lider sindical Dante Pelacani e do político udenista Mário Martins. O presidente e sua bonomia com os estudantes universitários que quebram bondes. JK e sua confiança no bom senso dos operários. O chefe do executivo e seu respeito ao equilíbrio dos poderes, respeitando a lei (episódio do pedido de licença para processar o deputado Carlos Lacerda). Os relatos servem como ilustração da famosa habilidade de JK em fazer funcionar seu populismo multi-classista, com máxima economia da repressão. Experiência que continua a ser fascinante. Mas o filme integra os depoimentos como tal, sem submetê-los a nenhuma crítica que ajude a compreender o funcionamento da política presidencial. Exalta-se o personalismo da liderança de JK mas não se agrega nenhuma explicação.

O que esses depoimentos poderiam demonstrar? Apontar que a capacidade de JK em lidar com aquelas situações é a nova face da tradição brasileira da *conciliação* na sociedade brasileira. Ou que esse dom será a última etapa, bem sucedida, do controle dos mecanismos populistas – Jânio Quadros não agüenta nem um ano e João Goulart é deposto. Seria entretanto equivocado, como por vezes o filme tende a fazer, confundir essas artes com o desempenho, com a intervenção de um governante democrático. JK foi um Príncipe pleno de *virtu*, mas mago dos artifícios e dos artefatos do sistema populista. Foi justamente no seu governo que mais se aprofundou, num quadro populista, o uso da estrutura corporativista da legislação trabalhista e que se promoveu um estrito controle oficial sobre as organizações sindicais. Assumir o partido do embevecimento prejudica as possibilidades largas de explicar esses aspectos e de definir os limites da democracia populista.

Outra ilustração na mesma senda que indicamos aqui é a apresentação da construção e da inauguração de Brasília. Aquelas árvores centenárias sendo derrubadas alegremente por um presidente pilotando um trator infelizmente já não encantam, como há vinte anos nossos olhos ecologizados. A construção de Brasília é poupada de maiores comentários críticos,

além dos folclóricos da época: a decisão é saudada como um feito extraordinário. Hoje, sem cometer nenhum crime de lesa-majestade com o grande brasileiro esbulhado pelo regime autoritário, é válido examinar se a decisão de levar a capital para o Planalto foi de transcedental importância para a sociedade brasileira. O que não implica fazer o processo de JK pois provavelmente o presidente não antevia Brasília como um gigantesco *ghetto* dos aparatos estatais.

Não seria demais perguntar, hoje, que a democracia passou a ser reivindicada em formas muito mais dinâmicas, se a visão privilegiada de um governante poderia ser responsável por decisão de tal porte. Seria perfeitamente razoável agora que em primeiro lugar se perguntasse à população do distrito Federal o que ela achava da decisão e em que condições essa decisão deveria ser implementada. E quem sabe através de um grande debate público em todo o país, através de um plebiscito saber o que os brasileiros achavam de tal decisão.

Muitos aspectos do problema vão além do mero processo de decisão. O custo real da mudança da capital, suas conseqüências ao nível das condições de vida no Rio de Janeiro, como a construção da capital afetou os investimentos públicos em outras áreas seria um debate utilíssimo. É evidente que seria pueril cobrar de Sílvio Tendler não ter feito isto no filme (é sempre fácil cobrar o que não foi feito). Alargo as perguntas simplesmente para mostrar, pela comparação com o realizado, como a interpretação se deixou muito pouco penetrar pelas questões atuais. Quem sabe esse seria um debate a prolongar entre cineastas e analistas políticos e historiadores: se filmes de reconstituição hitórica devem se satisfazer em recuperar a atmosfera do período ou se devem levar em conta as revisões que foram feitas sobre o próprio período.

Nos episódios da própria inauguração da capital, aquela *féerie*, o espetáculo *kitsch* da inauguração, gênero deslumbramento das Caraíbas, com casacas e vestidos de baile roçando a lama do planalto, cartolas e maltrapilhos candangos, passam incólumes. Registre-se também o deslize, talvez o único, da narração ao classificar de "índios ingênuos" os representantes dos descendentes das nações (cujos territórios estavam sendo desbravados), testemunhas solenes daquela papagaiada. Porque não mostrar que Brasília foi construída sem maiores considerações para as conseqüências que o desenvolvimento para o interior teria para aquelas nações? O tratamento dos candangos, os miseráveis construtores, operários da construção civil, não é melhor. Suas imagens pingam mel, o que é no mínimo melancólico. Levando-se em conta que o destino das classes populares que ajudaram a construir Brasília ou que foram atraídas por ela foi o pior possível, o contraste entre a euforia do momento da inauguração e a presente realidade seria bem-vindo. Não seria nenhuma ofensa aos idealizadores de Brasília mostrar as favelas que envolvem Brasília, as ditas "cidades satélites". Desvio do regime autoritário imposto à cidade ou conseqüência inexorável da construção?

O tom fascinado do filme com a implantação da indústria automobilística e a abertura generosa ao capital estrangeiro para a realização desse projeto podem ser outros exemplos de como a interpretação do filme passa ao largo do debate atual. Prolongando a decisão do presidente Washington Luís, "governar é abrir estradas" (de rodagem e enterrando o sistema ferroviário), será o governo JK que irá entregar a sociedade brasileira à dependência do petróleo. A opção pelo investimento no sistema de transporte individual (os carros de passeio) foi condenar a sociedade brasileira, no seu conjunto, a trabalhar e produzir para que as classes médias e dominantes pudessem se mover em automóveis. Em plena crise do petróleo e do modelo de desenvolvimento industrial importado e das metrópoles da sociedade de consumo, sem maiores qualificações, é correr o risco de deslizar para o passadismo. Mesmo naquela época o debate em torno de saídas alternativas para o Terceiro Mundo já havia sido desencadeado: a submissão ao petróleo e ao capital estrangeiro não era uma via inexorável. É difícil se deleitar ainda nos anos oitenta com caravanas de integração nacional em automóveis queimando gasolina e impondo um investimento em estrada interessando parcelas da sociedade.

Todas essas amostras irão parecer a muitos por demais exigentes e ranzinzas até. Volte-se a dizer que nenhuma dessas observações visam anular o magnífico trabalho realizado. Menos do que debatendo o filme em si, essas reflexões são prolongamentos do próprio filme – sinal de sua eficácia. A questão de fundo é a própria discussão sobre os termos da transição do autoritarismo para a democracia. Como tratar agora as experiências de democracia limitada do período 1946-1964? Se quisermos construir um dia uma democracia sem ilusões não há porque se continuar levando água aos grandes mitos brasileiros como a revolução de 1930, as benesses do populismo, a legislação trabalhista mais adiantada do mundo. Numa perspectiva autenticamente democrática, que abranja os interesses da maioria da população brasileira, o populismo, por maior que tenham sido as artes de seus líderes, não corresponde aos interesses atuais das classes populares (se é que correspondeu algum dia). E os governos populistas precisam ser entendidos, em toda a complexidade, para serem melhor ultrapassados. Sair do obscurantismo autoritário não quer dizer revalorizar as etapas anteriores. Os que lutam pela democracia hoje não têm compromissos automáticos com os populismos de ontem.

Releio todas essas linhas e vai ver tudo aparecerá tão azedo com o Nonô de Sílvio Tendler. Nos tempos atuais, o mero respeito às regras do jogo e a não truculência como regra do funcionamento do aparelho de Estado, que marcaram os tempos de JK, são um bálsamo para os brasileiros. Se os *Anos JK* não dão conta de todas as dificuldades que a análise política e a historiografia são obrigadas a desvendar, pouco importa. O filme tem o dom de refrescar a consciência da cidadania fazendo relembrar que a política brasileira já viveu momentos de dignidade.

Paulo Sérgio Pinheiro